

Comportamentos de risco em contexto laboral: o consumo de substâncias psicoativas em Portugal

Cláudia Urbano
claudia.urbano@fcs.unl.pt
CICS.NOVA – NOVA FCSH

Casimiro Balsa
cm.balsa@fcs.unl.pt
CICS.NOVA – NOVA FCSH

Clara Vital
claravital@fcs.unl.pt
CICS.NOVA – NOVA FCSH

Resumo

Na esfera de representação das atividades ou grupos profissionais não há unanimidade sobre a relação entre o consumo de substâncias psicoativas e o tipo, a natureza ou as condições nas quais se exerce uma atividade profissional. Se, para alguns, o tipo de trabalho, as condições nas quais ele se realiza ou o estatuto do trabalhador podem influenciar os consumos, para outros, os meios laborais limitam-se a refletir os determinantes dos consumos que são estruturados de acordo com as dinâmicas da sociedade. Os inquéritos ao consumo de substâncias psicoativas lícitas e ilícitas em Portugal (INPG), realizados periodicamente desde 2001, podem fornecer elementos de informação úteis para este debate e, para além dele, contribuir para a definição de políticas públicas mais adequadas aos problemas encontrados. Nas duas últimas aplicações do INPG, realizadas em 2012 e 2016/17, consideramos um novo conjunto de variáveis centradas sobre os contextos laborais. A partir dos resultados obtidos, propomo-nos desenhar perfis sociológicos de consumos que considerem as principais características destes “contextos laborais”, associando-os às variáveis sobre o consumo de substâncias psicoativas lícitas e ilícitas. Distinguiremos, para isso, no seio da população geral a “população com relação ao meio laboral” – aquela que, no momento do inquérito, estava empregada e a que, não o estando (por razões de circunstância – desemprego, doença...), podia ser ainda integrada no mercado de trabalho. Utilizaremos modelos de análise exploratórios e inferenciais de modo a melhor pôr em evidência o estatuto das diferentes dimensões de análise – uma mais relacionada às características individuais, outra mais às do contexto laboral – procurando identificar, assim, fatores de maior ou menor risco de consumo de substâncias psicoativas em contexto laboral e/ou na população relacionada com o meio laboral.

Palavras-chave: População geral, contexto laboral, comportamentos de risco, consumo de substâncias psicoativas

Introdução

A temática dos consumos de álcool e outras substâncias psicoativas relacionados com os contextos laborais tem vindo progressivamente a entrar na agenda de reflexão sobre a saúde e o mundo do trabalho, na medida em que «o consumo excessivo de álcool/drogas constitui um problema para uma percentagem significativa da população ativa», como consta no documento síntese do relatório *Consumo de álcool e drogas no local de trabalho* (Documento EF/12/23/PT). O alerta é dado a partir dos dados estatísticos disponíveis: «dependendo dos países, dos setores e

das profissões, as estatísticas sugerem que 5% a 20% dos trabalhadores sofrem, ou correm o risco de vir a sofrer, de dependência do álcool» (idem).

Na presente reflexão apresentamos alguns dos resultados decorrentes da pesquisa feita sobre os consumos de álcool e outras substâncias psicoativas em contexto laboral. Esta pesquisa contemplou primeiro uma leitura do estado da arte que permitisse enquadrar, complementar e colocar em perspetiva os conhecimentos que constituímos sobre os consumos em contexto laboral, através de uma sistematização da informação sobre as principais questões que são colocadas nos estudos realizados, os modelos através dos quais estas questões são problematizadas, as vias da teorização, as opções operacionais e as orientações morfológicas seguidas nos estudos, as principais orientações dos diagnósticos e dos conhecimentos científicos obtidos, e um levantamento dos indicadores utilizados nas investigações, referidos aos respetivos protocolos de pesquisa. Depois, incidiu num desenvolvimento dos resultados do III Inquérito Nacional ao Consumo de Substâncias Psicoativas na População Geral, Portugal 2012, tendo em conta os objetivos agora definidos, uma bateria de perguntas sobre o “meio laboral” que foram integradas, a título experimental, no estudo realizado em 2012. A análise realizada sobre o estudo de 2012 permitiu: 1) identificar as variáveis que melhor permitam caracterizar os contextos laborais em Portugal, construindo, quando possível, tipologias significativas que tenham em conta a dimensão, o sector de atividade, a estrutura das ocupações ou os modos de organização do trabalho; 2) explorar as variáveis de caracterização individual no sentido de melhor aproximar o conhecimento dos vetores em torno dos quais a população com relação ao meio laboral se pode distinguir; e 3) analisar a relação das populações aos consumos – revisitando a tipologia que já construímos nesse sentido nos estudos anteriores – de forma a poder melhor informar as relações entre os contextos laborais, os perfis individuais e os tipos de consumos.

Posteriormente, analisaram-se de forma mais exaustiva os resultados do IV Inquérito Nacional ao Consumo de Substâncias Psicoativas na População Geral, Portugal, 2016/17. Depois de um estudo exploratório realizado em 2015/2016 e após consultar alguns parceiros sociais sobre questões específicas do meio laboral a integrar, o IV Inquérito Nacional incluiu um bloco de perguntas de forma a explorar de forma mais aprofundada a relação entre o contexto laboral e o

consumo de substâncias psicoativas, que permite obter informação sobre os consumos por parte da população com ligação ao meio laboral e sobre os consumos em contexto laboral.

Uma vez que as duas edições do INPG contemplaram momentos diferentes de uma investigação mais específica sobre os consumos e o contexto laboral – em 2016/17 com um bloco de questões específicas que não existia na edição de 2012 –, os dados de 2012 e os de 2016/17 foram sujeitos a estratégias metodológicas de análise de dados distintas. Os dados de 2012 foram analisados recorrendo a uma comparação entre os comportamentos de consumo da população relacionada com o meio laboral e os da população geral. Com os dados de 2016/17 fazemos uma leitura mais detalhada das questões que envolvem a descrição das práticas em contexto de trabalho, assim como das culturas de consumo existentes em contexto laboral.

Problemática

No contexto laboral, o álcool e as suas consequências são relevantes em termos de gestão do desempenho laboral, qualidade do trabalho, saúde e segurança.

O uso e abuso de álcool podem estar relacionados a problemas de desempenho no trabalho, diminuição da produção e da qualidade do trabalho, absentismo, problemas sociais no local de trabalho, doença e acidentes. Os problemas relacionados com o consumo de álcool podem tanto ser um resultado direto de intoxicação e ressaca, como um resultado indireto de enfraquecimento e doença relacionado com o álcool. Isso cria problemas que precisam ser direcionados ao interesse do empregado e da empresa. Especialmente (mas não limitado) em locais de trabalho onde os riscos de segurança são elevados, pela existência e manuseamento de substâncias e produtos perigosos, processos de perigo eminente, condições de trabalho específicas ou outras características organizacionais. Podem ser encontrados exemplos vários em setores como o dos transportes (rodoviário, marítimo ou aéreo), construção civil, indústria química e em setores como o dos cuidados de saúde e hospitalares.

Em setores de trabalho específicos, contextos laborais “*alcohol free*” são desejados por razões de segurança: por exemplo, na indústria dos transportes, na produção industrial, no setor dos cuidados de saúde, entre outros.

Metodologia

Os III e IV Inquérito Nacional ao Consumo de Substâncias Psicoativas na População Geral, Portugal, 20012 e 2016/17 (IV INPG) foram realizados pelo CICS.NOVA – Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais da Universidade Nova de Lisboa para o SICAD – Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências. O desenho amostral adotado assenta num sistema polietápico, estratificado por conglomerados, com seleção das unidades primárias (concelhos) e das unidades secundárias (secções estatísticas) de forma aleatória e proporcional. A seleção das unidades de observação finais realizou-se através de sorteio sistemático na eleição dos lares e com recurso a tabelas de números aleatórios para a escolha do indivíduo a entrevistar. Trata-se de uma amostra da população residente no Continente e nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, com idades compreendidas entre os 15 e os 74 anos de idade (em ambos os casos, inclusive). Para a presente análise, os dados estão filtrados para um intervalo de idades entre os 15 e os 64 anos.

Os resultados que aqui apresentamos estão então focados na população com relação ao meio laboral – que exercia, no momento do inquérito, uma atividade profissional ou que, não a exercendo, por razões circunstanciais, continuava ligada ao mercado de trabalho – quer dizer que são considerados indivíduos ativos e potencialmente ativos e com idades compreendidas entre os 16 (com base no que está definido no art. 127º, nº1, a) do Código Civil e no art. 70º, nº1 do Código do Trabalho) e os 64 anos de idade.

Os consumos da população com relação ao meio laboral e os consumos em contexto laboral

Mobilizamos indicadores referentes ao contexto laboral em diferentes dimensões. Uma delas permite aferir a existência ou não de uma normatividade sobre os consumos de substâncias psicoativas por parte da população com relação com o laboral, a partir da existência ou não de um departamento de medicina do trabalho e ou de um programa de promoção da saúde por parte da entidade empregadora assim como de uma política de controlo que incluía a existência de um regulamento sobre uso de álcool e/ou drogas, o desenvolvimento de atividades de prevenção/intervenção e a existência de testes/análises para deteção de consumo de substâncias psicoativas. Uma outra dimensão permite avaliar a existência ou não de uma cultura de abstinência (aqui em particular em relação ao álcool) no local de trabalho, a partir de informação

acerca da existência e acesso a bebidas alcoólicas no local de trabalho/cantina, a existência de bebidas alcoólicas em eventos organizados pela entidade empregadora e a percepção dos funcionários sobre a existência de uma preocupação da entidade empregadora com questões relacionadas com o consumo de álcool e/ou droga. Existe ainda uma outra dimensão, referente ao risco no desempenho da profissão, que inclui fatores como o ruído, a vibração, a radiação, temperaturas altas ou muito baixas, produtos químicos, agentes biológicos, riscos bioquímicos relevantes, insultos ou provocações verbais, assédio sexual indesejado, ameaças de violência e/ou violência física.

As prevalências de consumo na população relacionada com o meio laboral são mais elevadas ao nível de algumas das substâncias psicoativas lícitas, nomeadamente álcool e tabaco. Em qualquer das temporalidades – ao longo da vida, último ano e último mês – as prevalências do consumo de medicamentos são inferiores na população relacionada com o meio laboral, por comparação com os valores que se observam para a população geral.

No caso das substâncias psicoativas ilícitas, a tendência geral é para uma prevalência ligeiramente superior na população com relação com o meio laboral no que toca a situações de experiência de consumo passadas (prevalência ao longo da vida), e inferiores nos consumos recentes (último ano e último mês), exceção feita ao consumo de cocaína e de ecstasy, em que a prevalência na população com relação com o meio laboral é, em 2017, sempre superior à verificada na população geral. A este facto não será alheia a estrutura etária de ambas as populações, com uma menor proporção de mais jovens na população relacionada com o meio laboral, conforme observado no ponto relativo à caracterização das populações em estudo.

Numa leitura comparada entre os dois momentos de inquirição, o que se percebe é um aumento, de 2012 para 2017, das prevalências ao longo da vida, no último ano e no último mês do consumo de tabaco e de bebidas alcoólicas, e uma diminuição no caso dos medicamentos. A tendência de consumo de substâncias psicoativas lícitas na população relacionada com o meio laboral acompanha a que se verifica na população geral.

Respeitando as margens de erro dos valores obtidos, na análise dos consumos das substâncias psicoativas ilícitas, o que se observa entre 2012 e 2017 é, para a maioria das substâncias

consideradas, um ligeiro aumento dos consumos na população geral, mas uma manutenção dos consumos na população relacionada com o meio laboral.

As prevalências de consumo diferem por setor de atividade, seja na temporalidade ao longo da vida, último ano ou último mês. No caso do consumo de tabaco elas são mais elevadas no setor dos transportes e armazenamento, seguindo-se o setor da construção e atividades imobiliárias e da agricultura e pescas. São menores no setor dos serviços e da indústria.

A prevalência de consumo de bebidas alcoólicas ao longo da vida ronda os 90% na população relacionada com o meio laboral, e superando os 95% em setores como o da energia e água, construção e atividades imobiliárias e transportes e armazenamento. A par do setor da informação e comunicação, são também esses os setores que se destacam com maiores prevalências no último ano e último mês. São menores as prevalências de consumo de bebidas alcoólicas nos setores do alojamento e restauração, indústria e outros serviços.

Os setores da indústria, do comércio e outros serviços apresentam, comparativamente com os restantes, maior prevalência de consumo de medicamentos ao longo da vida. No consumo mais recente (último ano e último mês), os valores ganham também particular destaque no setor do alojamento e restauração.

O consumo de substâncias psicoativas ilícitas apresenta prevalências relativamente próximas entre os diferentes setores, à exceção do setor da informação e comunicação onde a experiência de consumo de qualquer droga no decurso da vida é particularmente elevada. Esse destaque mantém-se nos valores para o consumo no último ano e último mês, juntando-se em prevalências mais elevadas outros dois setores: o setor da construção e atividades imobiliárias e o da energia e água.

De acordo com os dados de 2016/17, 19,4% beberam nos últimos 12 meses uma qualquer bebida alcoólica em dias de trabalho, 9,4% consumiram medicamentos (hipnóticos, antidepressivos, etc.) e 6,5% consumiram uma qualquer substância psicoativa ilícita. Para além dos consumos em dias de trabalho, há informação concreta sobre os consumos durante o período laboral: 4,5% beberam álcool frequentemente ou algumas vezes 2h antes do turno, 11,8% durante as pausas das refeições, 5% durante outras pausas, 2,8% durante o horário de trabalho. Existem ainda outras informações que importam considerar na leitura sobre os contextos laborais. Uma delas é

referente aos acidentes de trabalho: segundo os dados de 2016/17, 4,6% da população com relação ao meio laboral teve acidentes de trabalho nos últimos dois anos, 4% dos quais devido ao consumo de álcool (sendo que cerca de 16% dos que tiveram acidentes preferem não indicar se eles tiveram qualquer relação com o consumo de substâncias).

Alguns do consumo em contexto laboral ocorre em ocasiões promovidas pela entidade empregadora: 6,5% beberam frequentemente em eventos promovidos pela empresa (festas, aniversários, festas de despedida de colegas), e 8,8% fizeram-no algumas vezes; 2,0% afirmaram que nesses eventos não há bebidas alcoólicas e 22,2% afirmaram que não há eventos promovidos pela empresa. É de resto importante perceber um pouco a posição da entidade empregadora no que toca à existência/definição de uma política de regulação do consumo: 56% afirmam que não existe no seu local de trabalho um departamento de promoção da saúde e 64% afirmam que não há um programa de promoção da saúde; 19,9% dizem que há regulamentação e que 6,5% é relativa a álcool e drogas; 79,4% dizem que não há atividades de prevenção/intervenção relacionadas com problemas face ao consumo de álcool e/ou drogas; 8,1% afirmam haver testes ao consumo de bebidas e 5,4% ao uso de drogas, na maioria dos casos sem regularidade definida, e em 75% dos casos com sorteio aleatório (enquanto que para 17% o teste é dirigido apenas a grupos específicos de trabalhadores); 44-50% afirmam que a empresa não tem preocupações face ao consumo de bebidas, medicamentos e drogas por parte dos empregados e 9-12% dizem que a preocupação é reduzida. O acesso às substâncias é outro aspeto a incluir nesta reflexão: sabendo que cerca de um quarto dos contextos de trabalho dispõem de cantina/cafeteria própria, há para uma parte considerável da população em contexto laboral que tem acesso direto (25%) a bebidas alcoólicas dentro de um certo limite ou (para 8%) sem qualquer limite; mais de metade dos inquiridos manifesta existir facilidade de obtenção de bebidas alcoólicas no local de trabalho ou nas proximidades. Quase 20% afirmam que há bebidas alcoólicas ao almoço, em festas ou em almoços de negócio promovidos pela entidade empregadora. Significa, portanto, que a (in)existência de uma política de regulação e controlo dos consumos e do acesso às substâncias (designadamente ao álcool) dentro do contexto laboral pode ser um fator importante na forma como os consumos em contexto laboral ganham expressão.

Cerca de um quarto dos inquiridos afirma que há casos de consumo entre colegas: cerca de 15% afirmam existirem situações de consumo de álcool no trabalho, 12% afirmam já terem existido

colegas em situação de ressaca durante o exercício da atividade, e 7% com colegas que já faltaram ao trabalho devido ao consumo de bebidas alcoólicas.

Preditores dos consumos em contexto laboral

Uma vez que no IV INPG constava um conjunto vasto de informações sobre os contextos laborais e as situações de consumo de substâncias psicoativas em contexto laboral, definimos para os resultados de 2016/17 uma estratégia metodológica que permitisse estimar as diferentes probabilidades de influência de fatores individuais e laborais nas situações de consumo em contexto laboral. A utilização da regressão logística, tomando a existência ou não de consumo em contexto laboral como variável dependente, permite encontrar os principais fatores preditores de um consumo. Por uma questão de sistematização da informação relativa aos consumos de substâncias psicoativas em contexto laboral, optou-se por se dicotomizar a existência ou não desse consumo sempre que ocorresse em dias de trabalho, antes de entrar no turno de trabalho, na pausa da refeição ou noutras durante o horário de trabalho, e/ou durante a realização do trabalho.

Foram mobilizados diferentes indicadores, dicotomizados, de informação sobre as seguintes situações, e aqui organizados por dimensão:

- 1) Normatividade/controlo sobre os consumos no local de trabalho: existência de Departamento de Medicina no Trabalho, existência de Programa de Promoção da Saúde, existência de regulamento sobre uso de álcool e/ou drogas, existência de atividades/ações de prevenção/intervenção relativamente a problemas relacionados com álcool e/ou drogas, e/ou existência de testes/análises para deteção de consumo de álcool;
- 2) Cultura de abstinência de consumo por parte da organização/empresa: inexistência de bebidas alcoólicas na cantina/bar, inexistência de álcool às refeições, em festas promovidas pela organização ou em almoços de negócios;
- 3) Risco laboral: existência de ruído, vibração, radiação, temperaturas altas ou muito baixas, produtos químicos, agentes biológicos, riscos bioquímicos relevantes, insultos ou provocações verbais, assédio sexual indesejado, ameaças de violência e/ou violência física.

Previamente, e por forma a avaliar a própria condição perante o trabalho (empregado vs. não empregado) como fator diferenciador dos consumos no último ano, consumo binge (existência de situações de consumo de 4 ou mais bebidas alcoólicas numa mesma ocasião) e consumo excessivo (medido através do teste AUDIT), realizou-se uma análise do consumo de bebidas alcoólicas na população geral, a partir de variáveis (dicotomizadas) de caracterização individual, designadamente sexo, idade (jovens vs. não jovens) e estado civil (conjugalidade vs. não conjugalidade) e de caracterização laboral (empregado vs. não empregado).

A questão de investigação que norteou esta análise foi a seguinte: qual (ou quais) a(s) variável(eis) exploratória(s) são preditivas/explicadoras do consumo ou abstinência de consumo de bebidas alcoólicas em contexto laboral? Com este modelo, que visa ler as relações entre o consumo de substâncias e as características individuais e laborais dos inquiridos, procurou-se definir fatores ponderadores de risco e de fatores de proteção (Matos, 2008) no consumo de substâncias psicoativas na população com relação ao meio laboral, e estimar a probabilidade de ocorrência.

Os resultados da regressão logística relativamente ao consumo na população geral apontam para um efeito significativo dos fatores no caso do consumo de bebidas alcoólicas (teste LR: $X^2(1) = 967,061$; $p < 0,001$), do consumo binge (teste LR: $X^2(1) = 72,322$; $p < 0,001$) e o consumo excessivo (teste LR: $X^2(1) = 282,102$; $p < 0,001$), sendo que a introdução dos fatores aumenta em todas as situações o percentual de classificação da variável dependente, ou seja, o consumo ou a abstinência dele em contexto laboral vai sendo explicada e prevista a partir dos fatores mobilizados na análise. Confirma-se o modelo: existem características pessoais e laborais que são predictoras da existência de consumo. Em termos de características pessoais, o género masculino constitui-se como um fator de risco, qualquer que seja a intensidade de consumo. No caso da idade, os três grupos etários mais jovens (dos 15 aos 45 anos) surgem como fatores protetores do consumo em geral e do consumo excessivo, mas potenciadores do consumo binge. A conjugalidade aparece apenas como fator potenciador do consumo em geral. No que se refere à ligação com um contexto laboral, ter emprego aumenta a possibilidade de um consumo nos últimos doze meses e a possibilidade de um consumo excessivo. A questão que se coloca é: que fatores de risco ou características podem ser esses associados a um consumo de substâncias psicoativas, sobretudo se ocorrido em contexto laboral?

Tabela 1. Preditores do consumo de substâncias psicoativas nos últimos 12 meses (bebidas alcoólicas), consumo binge e consumo excessivo pela população geral (regressão logística)

	Consumo nos últimos 12 meses ⁽¹⁾		Consumo binge ⁽¹⁾		Consumo excessivo ⁽¹⁾	
	B	Wald	B	Wald	B	Wald
Homens	0,749	285,802***	0,227	10,986***	0,455	63,046***
15-24 anos	-0,156	4,810*	0,732	40,167***	-0,821	59,923***
25-34 anos	-0,598	73,383***	0,644	30,667***	-0,502	31,468***
35-44 anos	-0,303	19,370***	0,642	34,871***	-0,312	14,307***
45-54 anos	-----	-----	0,363	10,686***	-----	-----
Em conjugalidade	0,108	25,235***	-----	-----	-----	-----
Com emprego	1,005	444,020***	-----	-----	0,534	72,704***
Nagelkerke R^2	0,129		0,020		0,049	

Nota: Homens (0 – mulheres; 1 – homens); 15-24 anos (0 – não 15-24 anos; 1 – 15-24 anos); 25-34 anos (0 – não 25-34 anos; 1 – 25-34 anos); 35-44 anos (0 – não 35-44 anos; 1 – 35-44 anos); 45-54 anos (0 – não 45-54 anos; 1 – 45-54 anos); Em conjugalidade (0 – sem conjugalidade; 1 – em conjugalidade); Com emprego (0 – não emprego; 1 – com emprego).

(1) Consumo: 0 – não consumo; 1 – consumo. * $p < 0,05$; ** $p < 0,01$; *** $p < 0,001$

Fonte: IV Inquérito Nacional ao Consumo de Substâncias Psicoativas na População Geral (General Population Survey on Drugs), Portugal 2016/2017, CICS.NOVA, FCSH, UNL

Tomamos como ponto de partida um indicador de consumo em contexto laboral. Ao consumo corresponde pelo menos uma das seguintes situações: consumo em dias de trabalho, consumo nas 2h imediatamente anteriores a entrar no seu turno de trabalho, consumo na pausa da refeição durante o horário de trabalho, consumo noutras pausas do horário de trabalho, consumo durante a realização do trabalho, consumo em eventos especiais (festa da empresa, aniversário, despedida de um trabalhador) promovidos pela organização onde trabalha, trabalho em ressaca devido ao consumo de bebidas alcoólicas, ausência do trabalho ou falta devido ao consumo. A análise cruzada entre um consumo em contexto laboral mostra que o consumo no trabalho é diferenciado em função do grupo profissional e do setor de atividade económica a que se pertence: os grupos profissionais com maior incidência de práticas de consumo em contexto laboral são os Quadros superiores, os Técnicos de nível intermédio, os Operários/artífices e os Trabalhadores não qualificados da construção, indústria e transportes; os que têm significativamente menor incidência são o Pessoal administrativo, o Pessoal dos serviços e vendedores, e os Trabalhadores não qualificados dos serviços e comércio. Os setores mais problemáticos, com maior

expressividade de situações de consumo em contexto laboral, são os da Agricultura e pescas, Construção e atividades imobiliárias, Alojamento e restauração e Informação e comunicação.

De uma lista de onze fatores de risco – ruído, vibração, radiação, temperaturas altas ou baixas, produtos químicos, agentes biológicos, riscos bioquímicos relevantes, insultos, assédio, ameaças, e violência – existem alguns que surgem como fatores potenciadores, como é o caso do ruído ($p < 0,001$), das temperaturas altas ou demasiado baixas ($p < 0,05$) e dos insultos ($p < 0,05$). Em contrapartida, existe um fator protetor: a exposição à radiação ($p < 0,001$).

Tendo como constante a abstinência de consumo no local de trabalho, testado um modelo que tem como possíveis fatores preditores do consumo em contexto laboral a situação contratual (que distingue efetivos de outras situações contratuais), o regime de trabalho (que distingue o regime contínuo diurno de outras modalidades) e o tempo de trabalho (que distingue os que realizam a atividade a tempo inteiro dos que o fazem a tempo parcial ou sem regularidade definida), o único fator que surge como potenciador do consumo em contexto de trabalho é a jornada de trabalho não diurna, ou seja, os que são realizados em regime noturno e/ou por turnos.

Uma outra dimensão que importa controlar como influenciadora de um consumo durante o período laboral é a que se refere a um contexto de influência por parte dos pares, aqui avaliado a partir da coexistência de colegas que consomem no trabalho e da existência de eventuais situações problemáticas. Destes, os fatores que mais possibilidade apresentam para a existência de consumo no trabalho é o facto de existirem colegas que consomem durante o turno de trabalho e/ou de existirem colegas que tenham realizado a sua atividade laboral durante o seu turno de trabalho. Ao invés, a existência de situações problemáticas relacionadas com o consumo por parte de colegas tem um efeito protetor, fazendo reduzir a probabilidade de haver consumo em contexto de trabalho.

Uma última dimensão testada nesta abordagem exploratória de estimação de fatores potenciadores e fatores protetores do consumo de bebidas alcoólicas em contexto laboral está relacionada com a cultura normativa definida pela empresa. O conjunto de variáveis predictoras deste modelo é formado pelas que dizem respeito à dimensão da empresa (micro, por oposição a médias e grandes), a existência de regulamento de controlo do consumo, a existência de testes ao consumo, a existência de eventos com disponibilização de bebidas alcoólicas e a existência de

cantina/bar com venda de bebidas alcoólicas. Todos eles surgem como significativamente potenciadores da situação mais comum que é a abstinência ao consumo em contexto laboral: significa que em dimensões mais pequenas de contextos empresariais, a possibilidade de abstinência reduz, assim como reduz quando existem eventos de empresas em que há disponibilidade de bebidas alcoólicas ou quando existe cantina/bar que tenha bebidas alcoólicas disponíveis. A existência da possibilidade de consumo fará com que estes sejam contextos em que há testes de controlo e regulamentos sobre o uso de substâncias psicoativas no trabalho.

Conclusão

Face ao exposto, gostaríamos antes de mais de realçar a importância dos dados recolhidos a partir dos Inquéritos Nacionais na análise ao consumo da população em contexto de trabalho. Essa importância é tanto mais de assinalar na medida em que existem poucos estudos sobre a relação entre os consumos e o contexto laboral e, a existir, são referentes a contextos de empresas. Nesse sentido, os INPG podem dar informação sobre população que trabalha em micro-contextos ou tem trabalho por conta própria, aspetos que estão certamente ausentes nos estudos sobre organizações laborais de maior dimensão. Além disso, os dados mais recentes recolhidos a partir do IV INPG permitem obter informação sobre os consumos durante o período laboral, as pausas e as consequências desse uso no trabalho, assim como informação sobre os consumos no contexto laboral, realizados pelo próprio e pelos colegas. Permitem igualmente obter caracterizações sobre políticas de acesso, uso e controlo do uso de substâncias psicoativas em contexto de trabalho e obter informação acerca do que se pode designar como uma “cultura da empresa” face aos consumos.

Na análise dos resultados, a leitura passa também a ser feita considerando algumas características do contexto laboral como possíveis potenciadoras do consumo. É possível identificar alguns fatores de risco de consumo de substâncias psicoativas em contexto laboral, em diferentes dimensões relacionadas com o contexto laboral. Tais dimensões e tais fatores poderão ser tidos em conta em abordagens mais específicas quando realizadas campanhas de informação ou sensibilização do consumo de substâncias psicoativas junto da população afeta ao contexto laboral.

Em futuras reflexões daremos espaço para análises complementares que procurem descortinar as diferenças entre o consumo em geral e/ou o consumo em contexto laboral, por um lado, incluindo uma diferenciação dos consumos a partir das suas intensidades (distinguindo, por exemplo, consumos excessivos ou intensos, de outros não problemáticos ou moderados). Fará também sentido entrar em campos de análise mais detalhados como são o da relação entre o consumo e o controlo e prevenção no local de trabalho, ou da relação entre o consumo e a cultura de consumo ou de abstinência pelos pares, ou da diferenciação de que fatores de risco na profissão tendem a coexistir mais com situações de consumo no trabalho.

Referências

Balsa, Casimiro, Clara Vital, Cláudia Urbano (2018), IV Inquérito Nacional ao Consumo de Substâncias Psicoativas na População Geral, Portugal 2016/17, Lisboa, SICAD, ISBN 978-989-99574-9-7, Disponível em http://www.sicad.pt/BK/EstatisticaInvestigacao/EstudosConcluidos/Lists/SICAD_ESTUDOS/Attachments/181/IV%20INPG%202016_17_PT.PDF

Balsa, Casimiro, Clara Vital, Cláudia Urbano (2014), Inquérito Nacional ao Consumo de Substâncias Psicoativas na População Geral, Portugal 2012, Coleção Estudos-Universidades, Edição Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências, ISBN 978-972-9345-87-6. Disponível em: http://www.sicad.pt/BK/EstatisticaInvestigacao/EstudosConcluidos/Lists/SICAD_ESTUDOS/Attachments/135/III_InqueritoNacionalConsumo_deSPnaPG%202012.pdf.

Documento EF/12/23/PT 1 da Fundação Europeia para a Melhoria das Condições de Vida e de Trabalho, Síntese do relatório Consumo de Álcool e Drogas no Locas de Trabalho, acedido em http://www.sicad.pt/BK/Intervencao/Programas/Prevencao/Documents/meiolaboral/consumo-alcooldrogastrabalho_european.pdf

Matos, Margarida Gaspar (coord.) (2008). Consumo de substâncias: estilo de vida? à procura de um estilo? Lisboa. IDT. Estudos Universidades.